

**ATA N.º 6/2020**  
**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA, CIM-RC**  
**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**

No dia oito de junho, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), deu-se início à sexta sessão da Assembleia Intermunicipal (AI) da CIM RC, para a qual foram convocados os respetivos membros, de acordo com a alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Neste documento ficará apensa a lista de presenças, que passará a constar como anexo número um à presente ata.

A representar o Conselho Intermunicipal da CIM-Região de Coimbra, esteve o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), José Carlos Alexandrino, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

De acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, dirigiu os trabalhos o Presidente da Assembleia Intermunicipal, Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.

O Presidente da Mesa autorizou os serviços da CIM Região de Coimbra a gravar a presente sessão, para efeitos administrativos.

**1. Apreciação e votação da ata de 16 dezembro de 2019**

O Presidente da Mesa colocou a ata n.º 5 de 16 de dezembro de 2019, à apreciação dos presentes, não tendo sido suscitados quaisquer pedidos de esclarecimento à mesma.

**Submetida a votação da ata supra identificada foi a mesma aprovada por unanimidade.**

**1. Período Antes da Ordem do Dia**

O Presidente da Mesa, verificando-se o quórum necessário, deu por iniciada a sessão agradecendo a presença de todos e solicitando que aquando das intervenções dos senhores deputados os mesmos se identificassem.

Iniciou-se com a intervenção do deputado da AM de Coimbra Manuel Rocha com uma exposição sobre a importância fundamental do Hospital dos Covões para a região de Coimbra tornando-se ainda mais evidente o seu papel nesta fase de pandemia da Covid-19. Alertou para a fusão desta unidade com os HUC, com o intuito de centralização, que se tem revelado nefasta e muito prejudicial para as populações. Concluiu, solicitando o apoio de todas as entidades para a recuperação e disponibilização dos serviços de saúde desta unidade.

Seguiu-se a intervenção do membro da mesma Assembleia, José Ferreira da Silva reiterando a posição do seu colega Manuel Rocha.

Pediu a palavra o deputado da AM de Mortágua, José Matos de Carvalho, fazendo uma exposição sobre a diferença entre a bitola europeia e a Linha da Beira Alta, alertando para o facto de nenhum dos governos Portugueses investirem nesta ferrovia e apresentando uma solução que iniciaria em Aveiro,

Mealhada ou Pampilhosa até Salamanca sendo que, por forma a evitar os túneis e as pontes Eiffel do século XIX, a solução seria a construção de um túnel na Serra do Buçaco de três quilómetros, passando no Louredo/Cerdeirinha e a estação de Mortágua passar a situar-se no planalto do Freixo, a três quilómetros da Vila, próximo do parque Industrial e a quatro quilómetros do IP3. Tal solução permitiria um cais de quase 3km e um bom centro logístico. Passaria pelo rio Criz e entroncaria na anterior linha junto ao Coval de Santa Comba Dão, permitindo percorrer 20km em cinco minutos a uma velocidade média de 240km/h. Salientou a necessidade de todo o Litoral ter ferrovia com bitola europeia e solicitou à CIM Região de Coimbra que procure pugnar por boas soluções europeias, nacionais e regionais no sentido de resolver este problema estratégico.

Seguidamente pediu a palavra a deputada da AM da Figueira da Foz, Adelaide Gonçalves, expondo a situação problemática com que se têm deparado os vários utilizadores dos serviços de transportes públicos desde o início da pandemia, nomeadamente nas linhas Intermunicipais, vendo-se privados dos mesmos e com os passes em dia. Pediu a intervenção da CIM Região de Coimbra para solucionar esta questão. Terminou propondo ao seu homólogo de Mortágua a referida ferrovia iniciar na Figueira da Foz ao invés de Aveiro.

Seguiu-se o membro da AM de Miranda do Corvo, José Mário Gama, que manifestou o apreço pelas Autarquias e pela CIM, pelo trabalho desenvolvido e pelas soluções encontradas para superar as dificuldades encontradas em várias áreas nomeadamente da saúde. Concluiu a sua intervenção mostrando-se esperançoso no início das obras do ramal da Lousã da Metrobus prometida pelo Governo para que este se torne uma realidade.

Tomou palavra o membro Nuno Freitas, da AM de Coimbra, dirigindo uma saudação especial e nota de apreço a todos os profissionais de saúde e Municipais dos vários serviços que estiveram na linha da frente neste período de pandemia inclusive o Secretário Executivo da CIM e funcionários. Manifestou uma nota de preocupação relativamente à taxa de mortalidade na Região Centro fruto da Covid-19 que poderá ser um sinal de alerta e revelar a necessidade de investimentos nesta área. Propôs uma análise por parte da CIM das fragilidades sentidas para futuramente responder de forma mais eficaz e assertiva às situações. Mostrou ainda a sua preocupação com a crise social e económica que se avizinha considerando que a CIM RC terá um papel preponderante para encontrar políticas novas de coesão. Finalizou a sua mediação com a referência à fusão do Hospital dos Covões com os HUC implementada para racionalizar mas que revelou péssimos resultados, assim, é urgente entrar em diálogo com o Governo Central e repensar novos modelos de gestão para requalificar esta unidade hospitalar.

Pediu a palavra o deputado da AM de Miranda do Corvo, José Ferreira, iniciando também com um agradecimento a todos os que estiveram na linha da frente desta pandemia. Subscreveu as palavras do deputado José Mário Gama relativamente à questão do ramal da Lousã e considerou que a CIM RC deveria reforçar a importância desta obra que eventualmente poderá ter uma perspetiva mais regional estendendo a outros Concelhos por forma a estender e fortalecer a lógica metropolitana de Coimbra. Prosseguiu mostrando-se solidário com a matéria do Hospital dos Covões e mostrou-se surpreendido com o facto da CIM RC ainda não ter feito nenhuma intervenção junto do Governo referente a este assunto. Continuou com a sua indignação pelo facto da CIM RC ter criado 700 km de percursos

pedestres naturais na região Centro e a Grande Rota da espiritualidade e ter excluído o Concelho de Miranda do Corvo que foi, no passado ano, anfitrião do Campeonato do Mundo de corridas em Percursos Pedestres Naturais e é considerado por várias publicações internacionais um dos melhores locais para a prática desta modalidade desportiva para além de ter o único Templo Ecuménico Universalista do mundo aberto a todas as Religiões, Ateus e Agnósticos, inspirado em Bento XVI no Pátio dos Gentios.

Tomou a palavra o Presidente do CI, José Carlos Alexandrino, congratulando-se com o retomar presencial das reuniões e com a excelente parceria entre os membros neste período pandémico. Relativamente à problemática do Hospital dos Covões esclareceu que este assunto está agendado para a próxima reunião do CI a 16 de julho de onde sairá uma posição pública e que a CIM tal como outras entidades, tem competências próprias que têm de ser respeitadas muito embora continue próxima dos cidadãos e dos seus anseios e dificuldades, trabalhando sempre no sentido de cooperar e solucioná-los através da interação com as Câmaras Municipais que têm e, neste caso em concreto, tiveram um papel preponderante. No que respeita ao Metro Mondego informou que se têm estabelecido vários contactos com o Ministro das Infraestruturas que tem demonstrado grande disponibilidade e o processo está a fluir favoravelmente existindo já empreitadas a ser lançadas. No que respeita a Bitola e a Linha da Beira Alta o Presidente reiterou que a CIM sempre defendeu a requalificação desta Linha e que continua a trabalhar neste sentido desde que seja disponibilizada verba para o efeito.

O Secretário Executivo da CIM Região de Coimbra, Jorge Brito, tomou a palavra para esclarecer que, no que concerne os transportes, grande parte das Linhas existentes eram sustentadas pelos transportes Escolares; estando as escolas encerradas é natural existirem falhas nessas mesmas linhas, no entanto, tem havido esforços com negociações com os Operadores, nem sempre fáceis, no sentido de repor a normalidade ou, pelo menos, assegurar os serviços mínimos sendo que este ajustamento é feito diariamente de acordo com as necessidades e procura que são reportados e que os défices aos Operadores estão a ser pagos com verbas do programa PART e do Transporte Escolar.

O Presidente do CI retomou para deixar uma palavra de apreço aos profissionais de saúde, bem como ao Governo que, deparando-se com este grande desafio, tem dado, dentro das possibilidades, resposta satisfatória. Deixou como nota final a sua preocupação e dos autarcas homólogos relativamente ao encerramento de algumas empresas que, fruto desta pandemia, viram-se obrigadas a fechar portas aumentando o desemprego e acentuando a pobreza.

Findas as intervenções, o Presidente da Mesa iniciou o ponto 3.1 – Análise da Pandemia Covid-19 na região de Coimbra.

A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento.

### **3. Ordem do Dia:**

#### **3.1. Análise da Pandemia COVID 19 na Região de Coimbra – *informação***

O Presidente do CI explicou que o elevado número de casos na zona Centro também se deve à concentração dos hospitais nesta zona e elucidou que, esses mesmos números, mencionados pelo membro Nuno Freitas da AI de Coimbra, estão já a ser estudados por uma equipa em parceria com a Universidade de Coimbra.

O Presidente da Mesa concluiu que no geral podemos estar orgulhosos e confiantes. Transmitiu a sua opinião pessoal respeitante ao encerramento da Universidade de Coimbra considerando-o, embora prudente, precipitado e extenso no tempo.

A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento.

### **3.2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas da CIM RC do ano 2019 - apreciação e votação**

Foi apresentado, nesta sessão de trabalho da Assembleia Intermunicipal o Relatório de Gestão, bem como os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2019 da CIM Região de Coimbra.

Após apreciação do documento em análise, a Assembleia Intermunicipal deliberou por maioria, com três votos contra e sete abstenções, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2019 da CIM-RC.

### **3.3. Relação dos compromissos plurianuais referentes ao período de 26.11.2019 até 30.04.2020, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação**

Foi apresentada, nesta sessão de trabalho da Assembleia Intermunicipal a relação dos compromissos plurianuais assumidos pela CIM-Região de Coimbra, no período de 26 de novembro de 2019 a 30 de abril de 2020, tabela que constará como anexo à presente ata.

Após apreciação do documento em análise, a AI tomou conhecimento da informação onde constam os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso.

#### **3.4. 1.ª Alteração Modificativa 2020 - apreciação e votação**

Foi presente, para ratificação da Assembleia Intermunicipal, a 1.ª Alteração Modificativa 2020 na sequência da sua aprovação por parte do Conselho Intermunicipal em reunião realizada a 14 de maio último tendo em consideração a documentação e legislação de enquadramento da atual conjuntura.

De acordo com a informação n.º 278, em anexo, informa-se que “Em cumprimento do estabelecido pelo normativo contabilístico preconizado pelo SNC-AP, e pela alínea c) do n.º 1 do artigo 90.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação compete ao Conselho Intermunicipal submeter à Assembleia Intermunicipal o orçamento e as revisões (Alteração Modificativa ao Orçamento), indicando-se na al. b) do art.º 84.º que compete à Assembleia Intermunicipal aprovar, sob proposta do conselho intermunicipal, o orçamento e as suas revisões (Alteração Modificativa ao Orçamento).”

Após apreciação do documento em análise, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por maioria, com dois votos contra e três abstenções, ratificar o ato do Conselho Intermunicipal que em reunião de 14 de maio de 2020 aprovou, por unanimidade, a 1.ª alteração modificativa 2020.

#### **3.5. 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020 - apreciação e votação**

Foi presente a proposta n.º 16 datada de 08 de maio último, na qual se faz o enquadramento e se apresenta a este órgão a primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2020, que consta no mapa em anexo à referida proposta.

O Presidente do CI José Carlos Alexandrino esclareceu que havia necessidade da criação de dois postos de trabalho dado o volume das competências ter aumentado consideravelmente.

Após apreciação do documento em análise, a Assembleia Intermunicipal deliberou por maioria, com três votos contra e quatro abstenções, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2020

### **3.6. Outros assuntos**

Interveio o deputado Fernando Ramos da AI de Montemor-o-Velho reiterando e partilhando a opinião manifestada pelo Presidente da Assembleia Luís Marinho relativamente à importância da Universidade na economia da cidade de Coimbra destacando as situações dos particulares que têm na disponibilização de alojamento e de restauração o seu modo de subsistência e que, agora, vêm esse rendimento comprometido.

Nenhum dos presentes introduziu qualquer outro assunto, pelo que o Presidente deu a sessão por encerrada às dezoito horas e trinta minutos.

---

(Presidente da Mesa)

---

(Vice-Presidente da Mesa)

---

(Secretário da Mesa)